

A BIBLIOTECA QUE RESPIRA

Os livros de Direito nos moldam, nos contradizem e, às vezes, nos salvam.

No fim da tarde, quando o sol derrama a luz oblíqua pelas prateleiras, a biblioteca de Direito começa a respirar. Não é metáfora de poeta cansado: eu juro que ouço, entre a lombada de Kelsen e a capa gasta de Hely Lopes, um vai-e-vem de maré. As páginas incham com o calor, depois encolhem, e a cada dilatação o Direito muda um milímetro de lugar dentro do mundo.

Na mesa do canto, um exemplar antigo de **“O Espírito das Leis”** parece um avô francês que ainda acredita na boa educação das instituições. Montesquieu, com seu ar de relojoeiro, ajusta os ponteiros da separação de poderes enquanto observa, severo, o trânsito barulhento da avenida lá fora. Do outro lado, um **“Curso de Direito Constitucional”** de José Afonso da Silva cochicha com **Paulo Bonavides**: um comenta a elegância dos princípios, o outro insiste nos nervos expostos da prática brasileira. Entre eles, a Constituição de 1988 abre as asas como uma ave teimosa — ferida, mas viva.

No pilarete central, **Hans Kelsen** segura a moldura do quadro com uma mão invisível. Ele não promete justiça — promete ordem. E há noites em que essa promessa é tudo o que um promotor, um juiz ou um defensor tem para não escorregar no talude da indignação. A “Teoria Pura” é um copo d’água fria no rosto: desperta, arruma a cama, pede que a gente fale baixo, em silogismos. Nesses momentos, **Ihering** pisca da prateleira ao lado e sussurra: “o direito também pulsa, também luta; não se faz só de fórmulas, mas de músculos e cicatrizes”. E a biblioteca respira mais fundo.

Em tarde chuvosa, **Maria Helena Diniz** organiza a casa como quem passa a roupa da família antes da missa: contratos, família, sucessões — tudo dobrado, etiquetado, perfumado com doutrina. **Hely Lopes** fiscaliza a rua, olha os postes, os buracos, os decretos. Há algo de municipal em seu olhar, uma vigilância cordial que separa a praça do jardim particular. **Rogério Greco**, com o avental de quem sabe onde cortar, acende a luz fria do centro cirúrgico e explica o tipo penal como quem aponta o nervo exato: “Aqui dói, aqui sangra, aqui é preciso conter”.

Na mesa do bibliotecário, dois volumes conversam pelo telefone sem fio da jurisprudência: **Alexandre de Moraes** e **Flávia Piovesan**. Um lembra que a interpretação é um ofício de relojoeiro com lupa; a outra recorda que cada engrenagem que se move toca um direito humano, às vezes frágil como um fio de cabelo de criança. A cada novo precedente, a biblioteca muda de cheiro — de tinta

fresca e papel úmido — e a gente percebe que a cidade, do lado de fora, ajustou um dente da sua engrenagem moral.

Às vezes, chega um estudante aflito. Ele pergunta por onde começar, como se a lei fosse uma montanha e o edital, a corda. O bibliotecário — que já foi reprovado, aprovado, esfolado — aponta sem hesitar: “Comece pelo caso”. O caso é um grão de areia, e o grão de areia contém a praia inteira, diria Joaquim Maria Machado de Assis se tivesse escrito um **Compêndio de Malícias Jurídicas**. O estudante abre o Vade Mecum, e a biblioteca, generosa, lhe empresta uma bússola: “Princípios”. Princípios são as linhas de costura do tecido — às vezes invisíveis, sempre decisivas quando a camisa ameaça rasgar.

Ao cair da noite, entra um promotor carregando nas costas a pasta com o peso exato de um país. Ele fecha os olhos por um instante — não de cansaço, de respeito. Pousa a pasta, procura **Ihering** para lembrar que o direito não é poltrona, é estrada. Depois visita **Kelsen** para não transformar a estrada em trilha de capricho. Em seguida, passa por **Montesquieu** e confirma: “ninguém caminha sozinho; poder freia poder; o Estado precisa de corrimão”. Antes de ir embora, lê uma página de **Piovesan** — não para ficar doce, mas para não esquecer a ternura como critério de justiça.

E a cidade segue. Um fiscal autua um contrato mal feito; um juiz dorme mal por causa de um habeas corpus difícil; uma advogada escreve de madrugada a petição que salvará a penhora do único imóvel; um defensor aprende o nome do filho do réu; um desembargador recorda a lição de um professor antigo. Todos, sem saber, respiram no mesmo ritmo da biblioteca que respira.

Há quem diga que o Direito é um edifício de pedra. Talvez. Mas, visto daqui, ele é mais um organismo: tem ossos (normas), tem músculos (instituições), tem sangue (casos), tem pele (procedimentos) e tem, sobretudo, memória — essa coisa que não cabe no Diário Oficial, mas que se deposita em camadas nas lombadas, como o pó delicado dos dias. O que fazemos, quando abrimos um livro de Direito, é encostar o ouvido no peito de uma tradição e escutar se o coração ainda bate: regular, irregular, taquicárdico, mas batendo.

No último fecho, quando a chave gira e a luz apaga, a biblioteca não dorme. Ela vela. Quem passa na calçada jura ouvir, entre as frestas, a conversa miúda dos autores. **Kelsen** pede silêncio; **Ihering** pede coragem; **Montesquieu** pede equilíbrio; **Hely** pede cuidado com as calçadas; **Maria Helena** pede que a casa continue arrumada; **Greco** pede que não confundam bisturi com machado; **Bonavides** e **José Afonso** pedem que não se esqueça a Constituição; **Moraes** pede método; **Piovesan** pede que perguntem “por quem” antes de dizer “como”.

E eu, que saio por último com a pasta debaixo do braço, aprendi a lição que os livros me repetem como uma bênção laica: o Direito não é o fim das conversas — é o modo mais civilizado de continuá-las. Boa noite! Amanhã a biblioteca abrirá de novo, e a cidade, se Deus quiser, respirará no compasso certo.